

Impactos do sistema eleitoral, competitividade política e recrutamento de elites: partidos políticos.

Bolognesi Bruno.

Cita:

Bolognesi Bruno (2010). *Impactos do sistema eleitoral, competitividade política e recrutamento de elites: partidos políticos*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/513>

Impactos do sistema eleitoral, competitividade política e recrutamento de elites: partidos políticos brasileiros e a magnitude dos distritos

Bruno Bolognesi

UFSCar

brunobolognesi@yahoo.com.br

Política Comparada: Partidos y Sistemas de partidos

Trabajo preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010.

Buenos Aires, invierno de 2010.

Impactos do sistema eleitoral, competitividade política e recrutamento de elites: partidos políticos brasileiros e a magnitude dos distritos

Bruno Bolognesi¹

Resumo: A conformação do sistema político brasileiro tem impacto direto nas estratégias escolhidas pelos partidos políticos, principalmente no momento de recrutar seus quadros e representantes. Diante disto, o objetivo central deste trabalho é examinar de que modo os subsistemas políticos – especificamente: as agremiações partidárias em nível sub-nacional – desempenham papel preponderante na formação das listas de candidatos. A hipótese a ser testada é se a competitividade distrital $((N/2W)-1)$ está fortemente associada a uma composição “mais forte” das listas partidárias. Isto é, quanto mais competitivo o distrito, maior a propensão para seleção de candidaturas fortes, e candidatos dotados de grande potencial eleitoral. Mediante os indicadores de magnitude e competitividade dos distritos e candidatos, bem como dos desempenhos eleitorais dos candidatos a deputado federal no pleito de 2006, entendemos que os padrões possivelmente existentes entre tal competitividade não se verifica, dando força a tese de que os partidos possuem estratégias eleitorais particulares para cada distrito.

Palavras-chave: partidos políticos, competição eleitoral, sistema eleitoral, seleção de candidatos.

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Bolsista CNPq.

Apresentação

Esse paper analisará os possíveis impactos da magnitude distrital e da competitividade dos distritos sobre as estratégias partidárias ao lançarem seus candidatos. Intuitivamente, podemos afirmar que distritos onde a competição é mais acirrada demandariam atitudes mais competitivas por parte dos partidos políticos. Já em distritos menos competitivos, os partidos políticos estariam mais dispostos a lançarem candidaturas de menor potencial eleitoral ou fornecer mais espaço a uma composição mais plural de suas listas².

A literatura sobre o Brasil tem tratado tal tema de forma pouco conexa, atribuindo características aos perfis de candidatos e partidos como fruto do sistema, mas sem o devido cuidado empírico. Segundo essa abordagem, o arranjo entre presidencialismo, fragmentação partidária, lista aberta e, por conta disso, partidos fracos, abre espaço para candidaturas individuais e personalizadas.

Há um aspecto, porém, que parece ser mais importante para a competição política. Trata-se dos arranjos políticos locais e regionais, que geram sub-sistemas políticos e regionalizam a atividade político-eleitoral. Lima Jr (1983) não deixa dúvidas sobre a importância de analisar o sistema político brasileiro sob o ponto de vista regional. Essencialmente, quando tratamos a representação política, vemos que os aspectos regionais criaram no Brasil alguns distritos sub-representados e outros largamente sobre-representados (Ibidem, p. 53).

A representação é um aspecto chave para a análise da competição intra-distrital³. Podemos dizer, a título de hipótese, que distritos com sub-representação tendem a ter uma competição alta internamente, enquanto distritos com sobre-representação favorecem a inserção de setores menos competitivos dos partidos políticos.

Grande parte da literatura que foca o recrutamento e formação de elites coloca o sistema político como um ator paralelo à análise das variáveis de *background* político e social, à motivação dos indivíduos e às estruturas de oportunidades presentes no interior dos partidos (Norris, 1997; Freidenberg e Saez, 2009). São poucos os estudos que são

² Apesar da intuição da hipótese, a literatura tem afirmado que é preferível lançar menor quantidade de candidatos competitivos onde a competição é menor, do que lançar grande quantidade de candidatos que disputem posições entre si.

³ É preciso reconhecer que o conceito de representação aqui é frouxo teoricamente e aborda apenas a questão da representação mecânica entre circunscrições eleitorais e Câmara dos Deputados.

realizados em torno do sistema eleitoral (exceção a esta regra são Gallagher, 1988 e Epstein, 1985).

Não sustento, entretanto, que o foco dos estudos deva ser exclusivamente as regras formais e externas do jogo (Field e Siavelis, 2009). Mas tal elemento deve ser considerado anteriormente aos perfis de *background*, motivações e variáveis individuais, visto que é o formato do sistema partidário e eleitoral que forja a estrutura de oportunidades, onde as variáveis individuais dos candidatos parecem interagir com mais força do que o sistema eleitoral em si.

Assim, iremos analisar aqui apenas um aspecto da interação entre magnitude distrital, competição eleitoral e seleção de candidatos. Após uma breve discussão sobre a literatura, a primeira seção empírica do texto apresenta a relação entre o tamanho dos distritos e a competição distrital. Na segunda parte testaremos a relação entre competição distrital e perfil do potencial eleitoral de candidatos em cada distrito. O terceiro ponto irá tratar de como cada partido (PT, PFL, PMDB, PSDB, PP e PDT) lançou candidatos e com qual potencial eleitoral por distrito. Por fim, apresento algumas conclusões sobre a existência de um padrão por partido ou por distrito, ou a interação entre as duas, nas eleições de 2006 para deputado federal. Para os dados foram selecionados os candidatos destes seis partidos dos estados do Paraná, Pará, Mato Grosso, São Paulo e Bahia⁴.

A bibliografia: seleção de candidatos e sistema eleitoral no Brasil

Os estudos sobre seleção de candidatos estiveram sempre focados em dois níveis de análise. O primeiro se refere às condições da estrutura social que determina a oferta e os perfis de candidatos e eleitos nas democracias ocidentais. São analisados nestes casos os aspectos sobre a cultura política, sobre a composição social (e em alguns casos de classe) de cada país, os determinantes de experiências históricas ou ainda a inserção ou não de minorias sociais e étnicas nos parlamentos⁵. Por outro lado, uma nova onda de estudos lançou fogo sob a vida interna dos partidos, deixada de lado pela ciência política desde a década de 1960. Os estudos que focam o “jardim secreto dos partidos

⁴ Este paper é um primeiro esforço em apresentar dados parciais sobre estes parâmetros. Pretendemos, em breve, mostrar resultados sobre todas as circunscrições eleitorais brasileiras.

⁵ Por exemplo, Rodrigues, 2002.

políticos” analisaram as regras formais, as instâncias organizativas, os procedimentos de escolha e os perfis dos selecionadores e de candidatos⁶.

Não afirmo que estes autores tenham desconsiderado por completo as características externas dos sistemas eleitorais e partidários. Mas certamente esse foi o foco de poucos estudos sobre seleção de candidatos. Alguns autores delinearão em seus achados que a conjunção de certas características do sistema eleitoral brasileiro teria como consequência determinados perfis de candidaturas políticas. Nicolau (1993, 2004, 2007) traz importantes hipóteses que necessitam de verificação empírica sobre como são as candidaturas brasileiras e como os partidos se comportam ao escolherem seus candidatos. Samuels (2002) apresenta uma série de achados sobre como o sistema federativo pode descentralizar a atuação dos partidos e como isso exerce impacto nas escolhas dos partidos ao ingressarem na arena eleitoral.

Os estudos de nível mais abstrato mostram que mudanças na composição social das democracias podem gerar modificações consistentes nas composições dos parlamentos. Rodrigues (2002) acentua bem tal aspecto, mostrando como a inserção de novos atores pode ser promovida por modificações na estrutura social geral das carreiras políticas. Na mesma medida, os estudos sobre recrutamento político levaram em conta as diferenças entre carreiras dos eleitos. Porém, isso pouco nos diz sobre o papel dos partidos políticos e de seus candidatos, visto que os eleitos são portadores de características absolutamente importantes para vencer uma eleição, mas nem sempre refletem o funcionamento da competição eleitoral nos distritos e entre os partidos políticos.

Os estudos que traçam perfis focados no interior dos partidos tentam levar em conta quase que majoritariamente três aspectos: o perfil dos candidatos; as regras – formais e informais - que operam para a seleção de candidatos e; a percepção dos selecionadores sobre a oferta de material humano a ser trabalhado eleitoralmente. Autores como Reuven Hazan e Gideon Rahat foram os primeiros a traçar um *framework* para as pesquisas preocupadas com os processos de seleção de candidatos⁷. Pippa Norris (1997), inspirada no modelo de economia neo-clássica de oferta e demanda, elabora os

⁶ No Brasil, por exemplo, Braga, 2007 e 2009.

⁷ Moshe Czudnowski (1975) oferece um modelo de análise muito completo, mas de difícil operacionalização. Os autores que utilizam o modelo (especialmente Roderic Ai Camp, 1995) deixam claro que sempre se trata de um recorte realizado a partir do texto seminal de Czudnowski.

pontos onde os pesquisadores deveriam focar suas análises. Já Peter Siavelis e Scott Morgenstern propõem uma tipologia para interar ambos os aspectos. De um lado o desenho da pesquisa e de outro uma tipologia para classificação de candidatos em relação às interações de oferta, demanda e características do sistema partidário-eleitoral (Siavelis e Morgenstern, 2009).

São justamente Siavelis e Morgenstern (*Ibidem*) que elaboram uma proposta que tende a contemplar tanto os efeitos do sistema eleitoral, quanto às características dos candidatos e partidos. Isso não ocorre de forma gratuita ou imparcial. A proximidade dos autores com a literatura sobre o arranjo institucional brasileiro (e latino-americano) sugere a elaboração de um complexo sistema de análise que leva em consideração os principais pontos de estrangulamento colocados tanto pelos pluralistas, quanto pelos institucionalistas.

Os autores que, por muito tempo, mostraram uma metodologia de pesquisa que combina aspectos do individualismo metodológico com o funcionamento dos partidos políticos, o fizeram tendo em vista as principais deficiências – ou ausências – nos estudos focados apenas nos termos institucionais. Pippa Norris, perguntou-se, e encontrou resultados importantes na Inglaterra, sobre o impacto da estrutura social e de oportunidades na presença de candidaturas femininas para o parlamento inglês. Trazendo dados importantes e até então não testados, a autora também inseriu uma variável sobre o tempo. Para esta autora, esta variável determina de forma fulcral a entrada dos indivíduos para a esfera de candidatos, enquanto que os não dispostos de tempo acabam por fracassar antes mesmo disso⁸. Porém, pouco se fala sobre estudos comparados entre diferentes sistemas eleitorais e seleção de candidatos.

O modelo que Norris (1999) explora tem o mesmo intuito dos outros: colocar em prática as explicações **macro** (extra-partidos e extra sistemas eleitorais) com as explicações **micro** (interior aos partidos políticos). Os estudos de Rahat e Hazan (2006 e 2007) abordam muito mais a questão **micro** da seleção de candidatos. Os autores constroem um modelo baseado nas estruturas internas dos partidos políticos, focados nas estruturas formatadas para os processos de seleção de candidatos. As variáveis, além do *background* político e social dos candidatos e selecionadores, são acrescentadas de

⁸ O modelo não é tão simples como estou expondo aqui. Trata-se de uma estilização a fim de chegar aos objetivos finais desta pesquisa específica.

outras de ordem organizativa como a formação das listas e os processos de escolha mais ou menos democratizados⁹ dentro dos partidos políticos¹⁰. Ou seja, além de olhar apenas para os aspectos exteriores do processo de seleção, estão preocupados com processos internos e o papel da ideologia partidária nas funções de recrutamento.

Siavelis e Morgentern (2009) oferecem o modelo mais completo em relação aos estudos sobre seleção de candidatos e formação de elites políticas. Os autores afirmam não ser possível compreender tal processo como um todo sem que se tenha em consideração tanto os aspectos exteriores, quanto os internos dos partidos políticos. A sugestão dos autores é que a combinação entre variáveis de organização e ideologia partidária, sistema político e funcionamento interno dos partidos políticos, levaria a estabelecer uma tipologia sobre os candidatos em cada país ou região, num dado recorte histórico.

A percepção de Siavelis e Morgenstern parece chegar ao limite do que podemos operacionalizar em relação aos estudos de seleção de candidatos. Porém, a condução da pesquisa e a busca de material empírico implicam num estudo lento e muitas vezes dividido em partes publicáveis. Esse é o foco deste trabalho: analisar um aspecto específico da seleção de candidatos e confrontá-lo com hipóteses sugeridas sobre o sistema político brasileiro de forma desvinculada aos outros aspectos dos estudos de seleção de candidaturas.

O sistema político brasileiro é usualmente classificado em nossa literatura como não funcional, pouco representativo e de difícil operacionalização (Ames, 2003). Não obstante, diversos autores abordam os aspectos institucionais do sistema político brasileiro separadamente e traçam conclusões a partir de cada parte, moldando a lógica de uma “tragédia anunciada”. Lima Junior (1983, p. 56) lembra que o presidencialismo no Brasil tem como principal consequência um voto focado no poder executivo, diminuindo a importância da escolha ao legislativo e tornando os partidos menos importantes do que lideranças regionais ou nacionais.

⁹ É preciso uma discussão conceitual sobre a diferença entre democratização e inclusão de novos atores. A meu ver a primeira rege o campo dos procedimentos e práticas, enquanto que a segunda (a inclusão) estaria ligada à inserção de novos atores e minorias não contempladas.

¹⁰ Os autores ainda elaboram possíveis consequências para o comportamento legislativo dos eleitos a partir dos diferentes processos de seleção de candidatos, o que claramente não é objeto da atual produção brasileira sobre o tema.

O segundo aspecto lembrado pelo autor (pp. 58:60) é o imenso pluralismo social presente no país, o que traria como principal efeito a criação de partidos regionalizados paralelamente a partidos organizados em eixos nacionais. Segundo Lima Junior, os partidos brasileiros, criados na década de 40, serviram muito mais a acomodar as elites existentes, do que promover a inserção de novos setores sociais e colorações ideológicas. Tal aspecto parece não ter sido severamente (frise-se o advérbio) modificado até 2006.

O multipartidarismo brasileiro sem cláusula de fidelidade ou ferramentas de constrangimentos aos membros e filiados é outro aspecto que acaba por personalizar as candidaturas e os perfis de votação no país. Segundo Carey e Shugart (1995) o cálculo para classificar candidaturas como personalizadas está baseado na percepção de que se o caminho para o sucesso eleitoral está mais próximo em ser conhecido pessoalmente entre eleitores ter sua apreciação ligada à pessoa, o caráter pessoal da carreira importa mais. Por outro lado, se a rotulação ligada à legenda partidária exerce maior peso na apreciação eleitoral, a reputação partidária será mais importante.

O multipartidarismo é importante no sentido de dissolver a legenda partidária no meio de outras tantas, onde a custo da informação que o eleitor se pretende fazer, acaba deixando de lado o papel da legenda¹¹. Junto ao multipartidarismo o sistema proporcional de lista aberta faz com que o desempenho dos partidos dependa intimamente do desempenho de individual dos candidatos presentes em suas listas¹². Assim o cultivo da pessoa ou da personalidade política acaba por ganhar terreno em vista de uma atuação focada nos partidos políticos como agentes eleitorais.

Ainda, a lista aberta cria um fenômeno de competição intra-lista, onde candidatos do mesmo partido disputam entre si votos. Isso promove uma individualização das campanhas políticas, onde os partidos optam por terem em postos chave candidatos com grande potencial eleitoral, capazes de elegerem-se por si só e

¹¹ Exemplo de tal cálculo é que a votação em legenda no Brasil nas eleições de 1986 até 1998 teve em média 13,5% de adesão por parte do eleitorado (Nicolau, 2002).

¹² Caberia dizer aqui em suas coligações eleitorais. Porém, o que nós sustentamos é que o momento da escolha de candidatos com alta ou baixa densidade eleitoral é realizado independente da formação das coligações. As coligações são formadas em torno de um (ou dois) partido que possui em seus quadros candidatos chave para a eleição. Os partidos menores funcionam como satélites, contribuindo com o ganho de votos para a lista, mas sem a capacidade de eleger candidatos em larga escala (sobre isso, ver Braga, 2009).

outros candidatos com menor potencial que contribuem apenas com o sucesso dos candidatos de topo de lista¹³.

Outro efeito supostamente pernicioso que a lista aberta no Brasil gera é o cálculo do voto. O eleitor acaba por optar por um voto na pessoa, preterindo o voto no partido. O efeito disso para a vida partidária é um investimento em carreiras descoladas da atividade partidária e da militância, dando espaço para indivíduos com capital individual maior do que o do próprio partido político¹⁴.

Ora, se as campanhas e o cálculo do voto são centrados nos candidatos, devemos supor que a seleção de candidatos realizada pelos partidos políticos é realizada a partir destes critérios específicos. Os partidos em sua maioria optariam por selecionar candidatos auto-centrados, dotados de larga escala de atributos pessoais ao invés de selecionar candidatos com ligação ao partido ou às fontes sociais de recrutamento partidário (Samuels, 2009, p. 78).

A suposição lógica de Samuels é que um baixo nível de carreirismo dentro dos partidos político somando ao baixo controle dos partidos sobre seus candidatos e legisladores, reflete um perfil de partidos fracos em geral. O *issue* da tese de Samuels é que o autor se propõe a analisar apenas partidos legislativos (segundo a tipologia duvergeniana). Isso é em parte a regra no Brasil, porém exclui o Partido dos Trabalhadores, de origem externa e com um grau de controle maior sobre seus candidatos e eleitos (Braga, 2006, p. 33).

Outro ponto frequentemente levantado pela literatura é a fórmula de distribuição dos votos no Brasil. A fórmula D'Hondt tenta criar um equilíbrio entre legendas e candidatos¹⁵. Ela cria um quociente partidário (baseado no quociente eleitoral) e depois tal quociente é distribuído entre os candidatos da lista partidária ou da coligação eleitoral. O problema é que essa distribuição causa dois fenômenos complementares: a

¹³ Pasquino (2005) lembra que sistemas multipartidários, como o caso do Brasil, possuem pouca eficácia tendo os partidos como atores relevantes. Os partidos polarizados (“quadrilha polar”, utilizando o termo de Duverger) acabam por encontrar dificuldades de circulação de elites e renovação de políticas (p. 181).

¹⁴ O resultado seria o chamado “segredo ineficiente” (Carey e Schugart, 1992), derivado do presidencialismo e do sistema de lista aberta, que segundo Braga (2007) acentua o personalismo e os perfis individualizados de carreira.

¹⁵ Interessante notar que a fórmula D'Hondt não favorece mecanicamente à fragmentação partidária. Isso ocorre, pois esse tipo de distribuição favorece os maiores partidos. Porém, a fragmentação do sistema eleitoral brasileiro está calcada não na distribuição das cadeiras, mas sim no modo como o eleitor vota e no fenômeno que acima descrevemos, de “partidos de aluguel” e na exclusão dos menores partidos nas disputas das sobras (Nicolau e Schmitt, 1995, p. 136 e 138).

individualização do potencial partidário, que acaba sendo depositado em poucos nomes “puxadores de voto” e; os “partidos de aluguel”, que servem apenas como requisito formal para candidatos com alto capital individual e baixo grau de carreirismo.

Sobre como as listas são formadas, Nicolau (2007, p. 102) reforça que a participação dos filiados é muito reduzida. Nenhum partido brasileiro realiza prévias para a escolha de seus candidatos¹⁶. Ainda, as convenções nacionais e regionais que os partidos realizam para suposta escolha de seus candidatos ao legislativo tem caráter meramente homologatório, servem apenas para dar chancela às escolhas realizadas pelos líderes do partido.

Um último aspecto parece sugerir que os partidos brasileiros não são capazes de controlar suas listas de candidatos e nem de traçar estratégias eleitorais racionais em relação ao mercado político e ao perfil organizativo do partido. O federalismo brasileiro, combinado com um espectro social bastante diverso, acaba por descentralizar o controle partidário e fazer com que as estratégias dos partidos aconteçam de forma específica em cada distrito. As escolhas dos partidos tendem à exclusão de setores sociais específicos e sub-representados (Braga, 2006). Assim, não é possível afirmar que exista um “caráter nacional” ou de amplo “espectro geográfico” por parte das estratégias partidárias.

Segundo Nicolau e Schimitt a magnitude distrital é o aspecto mais importante do sistema eleitoral (1995, p. 138). O primeiro efeito do tamanho dos distritos sobre o sistema eleitoral seria a desproporcionalidade, onde distritos maiores teriam a ter menor desproporção em relação a distritos menores, quando analisada a relação entre proporção de votos e número de cadeiras.

Um parlamento composto por representantes de distritos de diferentes magnitudes tende a apresentar um agregado do efeito mecânico produzido em cada distrito. “*Portanto, a variação das magnitudes dos vários distritos de um país é quesito fundamental para a compreensão dos efeitos finais (nacionais) de um sistema eleitoral*” (Ibidem, p. 139). Para analisar o sistema eleitoral uma solução simples é saber a magnitude média dos distritos de um país. Assim, temos uma idéia de como os partidos são sub ou sobre-representados no sistema eleitoral específico¹⁷.

¹⁶ Não se trata de dizer se as prévias aumentam ou não o controle do partido sobre seus candidatos, mas que isso sem dúvida é um aspecto de pouca inclusão por parte das bandeiras políticas no país.

¹⁷ O Brasil possui magnitude real de média 15 (Nicolau e Schmitt, 1995, p. 142).

Ou seja, parece correto afirmar que a magnitude distrital tem conseqüências importantes para os padrões de representação legislativa no Brasil. A fórmula eleitoral e uma média de magnitude na casa de quinze cadeiras, favoreceria a não fragmentação partidária. Porém, na prática o sistema continua fragmentado. Nas eleições de 2006, tivemos vinte e um partidos com representação na Câmara dos Deputados.

O prognóstico é desfavorável ao sistema eleitoral brasileiro. Porém, a escassez de evidências pode levar à conclusões precipitadas. Ora, nenhum partido é capaz de ter algum controle sobre seus candidatos? Ou ainda, os partidos agem de forma absolutamente desinteressada e permitem uma aproximação gratuita da população em seus quadros ou os partidos agem com racionalidade e buscam a sobrevivência no mercado eleitoral?

As lacunas sobre todos estes pontos residem basicamente em dois fatos: i) o controle que alguns partidos exercem sobre seus candidatos e eleitos (essencialmente o PT), o que faria com que o sistema pudesse ser contornado e; ii) o fato de que os padrões de competitividade eleitoral são traçados como dois aspectos estanques: de um lado a magnitude dos distritos e de outro os partidos políticos. Nossa intenção é denotar algumas linhas sobre padrões de estratégias de competição em distritos pequenos, médios e grandes e, concomitantemente, com alta, média e baixa competitividade. Os dados que apresentaremos mostram que os partidos realizam opções importantes tendo em vista a competição eleitoral e a organização interna (ou falta dela).

Magnitude dos distritos e competitividade eleitoral

Distritos menores tenderiam a ser controlados por elites regionais e os partidos teriam pouco espaço de manobra para selecionarem candidatos. Distritos muito grandes representam uma quantidade enorme de eleitores, o que faria com que os padrões de competição política acentuassem. Restaria aos distritos de média magnitude possibilidades de controle por parte dos partidos políticos e, ao mesmo tempo, espaço para inclusão de setores menos favorecidos na esfera legislativa. Adaptando os critérios trazidos por Taagepera e Shugart (1989) e analisados por Nicolau e Schmitt (1995), dividimos os distritos brasileiros do seguinte modo: $M > 39$ (o dobro da média nacional) como grandes distritos; $12 < M < 38$ como distritos médios e; pequenos distritos com $M < 12$.

Samuels (2009) afirma que os partidos políticos preferem ter mais candidatos competitivos (a não ser que os mesmos concorram em mesma base geográfica) do que muitos candidatos pouco competitivos. Nossa intenção é relacionar tal fato com a competitividade distrital de cada distrito. A autonomia dos políticos em partidos em seu nível estadual estaria ligada aos poderes regionalizados proporcionados pelo arranjo federativo brasileiro, onde a balança penderia a favor das lideranças regionais em relação aos partidos políticos (Braga, 2007, p. 59).

Um primeiro passo nesse sentido é analisar se o tamanho absoluto dos distritos cria diferentes padrões de competitividade. É preciso expor que os dados que estamos tratando aqui são iniciais e oferecem apenas uma pequena amostra sobre o efeito mecânico do arranjo de diferentes magnitudes entre os distritos brasileiros. Foram analisados para este levantamento os estados do Pará, Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Bahia. Optamos por estes estados pelo seguinte motivo: coletar dados sobre um estado de cada região brasileira e ter disponível estados com grande, média e pequena magnitude. O estado do Mato Grosso apresenta magnitude 8 ($M < 12$), o Pará 17, Paraná 30 ($13 < M < 38$), Bahia 39 e São Paulo 70 ($M > 39$).

Para calcular a competitividade eleitoral de cada distrito utilizamos um indicador elaborado por Santos (1997). O autor oferece um indicador baseado no seguinte cálculo: $[(N/2W) - 1]$. Onde “N” é o número de candidatos, e “W” é o número de cadeiras ou vagas disponíveis¹⁸. Como podemos imaginar, os extremos apresentaram índices de competitividade altos. Mato Grosso apresentou um índice de 3,00 e São Paulo de 5,74. A exceção foi a Bahia que, mesmo classificado como um distrito de tamanho grande, apresentou competitividade de 1,76. Já o distrito do Paraná apresentou competitividade de 3,28 e Pará de 3,00. Sobre os distritos médios podemos ver que os valores semelhantes para as eleições federais legislativas de 2006 os dados sugerem que existe um padrão de competição similar. Para o caso paulista é esperado que o indicador de competitividade seja grande, visto a magnitude do distrito e as grandes proporções de candidatos envolvidos na disputa. O oposto ocorre com o estado mato-grossense, onde o

¹⁸ A explicação do autor: “Se o número de candidatos fosse igual ao número de vagas, não haveria competição pelos lugares disponíveis. Minimamente, é necessário que existam dois candidatos para cada vaga, de onde o $2W$ do denominador, exprimindo a fórmula $N/(2W)$ o número de vezes em que o número real de candidatos é superior ou inferior ao que, normativamente, deveria ser para que se alcançasse o grau mínimo de competitividade. Retirar uma unidade desse resultado permite exigir maior competição entre candidatos para que se classifique uma eleição como altamente competitiva” (Santos, 1997). Disponível em: <http://www.ucam.edu.br/leex/indice.htm>

controle de posições estratégicas cria altos graus de competição. O distrito que destoia é o baiano, onde mesmo com uma magnitude considerada alta, os níveis de competitividade são baixos.

Para uma discussão mais balizada seria preciso analisar os padrões de competição distrital de todos os estados brasileiros. O segundo elemento seria ter disponíveis dados sobre uma série histórica mais ampla, que fosse capaz de confirmar uma hipótese concreta sobre a exceção do caso da Bahia. Porém, a Bahia sempre teve em seu histórico de baixa competição ou a baixa quantidade de candidaturas nesse estado¹⁹.

Percebemos pelos dados acima que não existe um padrão recorrente que relacione tamanho dos distritos, essencialmente entre opostos, e competição eleitoral. A pergunta seguinte é: os partidos lançam mais candidatos competitivos em distritos com alto grau de disputa? Essa pergunta está ligada à sugestão de Samuels (2009) de que existe uma opção consciente dos partidos em lançar uma concentração de candidatos competitivos, independente dos traços regionais de competição. Ou seja, os partidos fazem um cálculo para escolherem candidatos, priorizando candidatos com alto desempenho independente dos arranjos e da leitura do quadro eleitoral local. Isso seria uma característica ainda mais presente em distritos que exigem níveis superiores de competição intra e extra lista.

A tabela abaixo associa dados de competição distrital com dados de potencial eleitoral. O coeficiente de contingência desta associação foi pequeno (0,139) e sem significância estatística ($p=0,060$).

Tabela 01.

Índice de Competitividade por Potencial Eleitoral de Candidatos (Eleições 2006)						
		Potencial Eleitoral				
		Candidato	Candidato	Candidato	Super	Total
		Inviável (%)	Viável (%)	Bom de Voto (%)	Candidato (%)	(%)
IC	Baixa Competitividade	62,75	0,00	2,94	34,31	100
	Média Competitividade	66,47	2,35	2,94	28,24	100
	Alta Competitividade	70,76	3,51	4,68	21,05	100

¹⁹ COSTA, 2010, encontra níveis relativamente pequenos também em relação ao número de candidatos para senador nesse estado num lapso temporal maior (1997-2007), o que não seria esperado para o caso dos deputados federais em distrito desta magnitude.

Total	N	419	16	24	155	614
	%	68,24	2,61	3,91	25,24	100

Fonte: TSE – Elaboração do autor

Para os cálculos do IC (Índice de Competitividade Distrital) agregamos os valores entre 0 a 1,999 como baixa competitividade. De 2,000 a 3,999 distritos de média competitividade. E Acima de 4,000 distritos de alta competitividade²⁰. Para os cálculos de potencial eleitoral utilizamos o seguinte procedimento. NVt2006/ NVt último eleito pelo partido em 2002 (onde NVt é o número de votos na eleição obtido pelo candidato). Ou seja, é a quantidade de votos obtida pelo candidato em 2006 dividida pela quantidade de votos obtida pelo último eleito por seu partido no pleito anterior.

Esse indicador foi utilizado inicialmente por Rahat e Hazan (2006) e por Miguel (2008) elaborado com a base tanto no quociente partidário quanto no quociente eleitoral. Nosso indicador, diferente do usual, utiliza uma perspectiva a partir de um cálculo racional em relação às perspectivas de eleição do candidato. Ou seja, os supostos selecionadores avaliam o potencial eleitoral de candidato pleiteante a partir do desempenho ocorrido na última eleição. O raciocínio é simplista: um patamar mínimo para elaborar a densidade eleitoral de um candidato está intimamente ligado ao desempenho da lista partidária na última eleição.

O que os dados acima nos mostram é que diferente do que Samuels (2009) sugere, os partidos brasileiros (PT, PFL, PMDB, PSDB, PP e PDT) lançam candidatos com baixo potencial eleitoral em todos os tipos de distrito, independente da competitividade de cada um deles. Entretanto, isso não quer dizer que as candidaturas competitivas não são mais valorizadas. Esse dado aponta apenas para o fato de que há uma preocupação, por parte dos partidos políticos, com o total de candidatos e o montante de votos obtidos em lista. Para a definição do potencial eleitoral, o critério foi, de uma forma agregada, entendermos que **candidatos inviáveis** não fariam 50% da votação de referência, **candidatos viáveis** fariam de 50% a 75% do valor de referência, **candidatos “bons de voto”** estão entre 76% e 99% do último quociente partidário e os **super-candidatos** proporção igual ou maior do que 100% dos votos do último eleito pelo partido em 2002.

²⁰ Santos, 2007, coloca padrões internacionais para tal classificação. Nestes padrões o Brasil teria em sua maioria distritos de alta competitividade. Optamos por balizar o indicador para padrões brasileiros, a fim de apurar nossa análise e aproximá-la da realidade brasileira.

Poderíamos pensar que os partidos, independente dos diferentes níveis de competição distrital, apresentariam padrões uniformes ao lançarem seus candidatos. A tabela 2 abaixo mostra os dados agregados sobre isto.

Tabela 02.

Potencial eleitoral por partido (Deputados Federais 2006)					
Potencial Eleitoral					
	Candidato Inviável (%)	Candidato Viável (%)	Candidato Bom de Voto (%)	Super Candidato (%)	Total (%)
PDT	79,85	0,75	2,24	17,16	100
PFL	53,16	3,80	5,06	37,97	100
PMDB	64,29	2,04	2,04	31,63	100
PP	71,43	3,57	3,57	21,43	100
PSDB	73,39	3,23	3,23	20,16	100
PT	61,79	3,25	7,32	27,64	100
Total	419	16	24	155	614
	68,24	2,61	3,91	25,24	100

Fonte: TSE – Elaboração do autor

Como podemos observar acima, a quantidade de candidatos inviáveis predomina em todos os partidos. Os candidatos viáveis representam uma parcela muito enxuta de nosso universo, assim como os candidatos bons de voto. Tais dados corroboram com as teses sobre o sistema eleitoral brasileiro, que prioriza uma pouca quantidade de indivíduos com grande densidade eleitoral e com baixa concorrência intra-lista. Esse segundo achado pode ser observado pela quase ausência de candidatos bons de voto e pela minoria de super candidatos.

Porém, cabe nota sobre os candidatos bons de voto. Esse perfil específico estaria ligado ao candidato que colabora com a lista do partido de forma mais significativa, mas não é capaz de eleger-se. O PT apresentou o maior percentual desse perfil. Isso está associado ao modo como o PT traça suas carreiras políticas, com restrições à entradas laterais, exclusão de outsiders e endogenia eleitoral (Braga, 2007; Marengo dos Santos e Serna, 2008). O segundo com maior proporção desta categoria é o PFL, que está no ponto oposto ao PT no espectro ideológico, porém apresenta coesão ideológica mais frisada do que os partidos de centro. O PP e o PDT parecem ser frutos puros do sistema político, restando a estes partidos o comportamento de fazer parte de coligações eleitorais a fim de angariar poucas cadeiras (Braga, 2009). Do mesmo modo,

vemos que o PP e o PDT apresentam um contingente muito alto de candidatos inviáveis. Uma interpretação sobre isso está em Bolognesi e Costa (2008), sugerindo que estes partidos incrementam suas listas com um sistema de inclusão de candidatos absolutamente aberta, porém sem lastro ideológico ou coesão organizativa interna. Os partidos do centro, PMDB e PSDB apresentam distribuição mais homogênea em todos os aspectos, restando a eles incluir ao mesmo tempo lideranças importantes e alguma dose de participação das bases.

Abaixo a tabela 3 apresenta como os partidos balancearam o potencial eleitoral de seus candidatos tendo por base a competitividade distrital.

Tabela 03.

Potencial Eleitoral por partido e competitividade eleitoral						
Partidos	IC	Candidato			Super-Candidato	N Total
		Candidato Inviável	Candidato Viável	Bom de Voto		
PDT	Baixa Competitividade	89,70%			10,30%	29
	Média Competitividade	91,70%		2,80%	5,60%	36
	Alta Competitividade	69,60%	1,40%	2,90%	26,10%	69
PFL	Baixa Competitividade	15%			85%	20
	Média Competitividade	47,10%	5,90%	5,90%	41,20%	17
	Alta Competitividade	73,80%	4,80%	7,10%	14,30%	42
PMDB	Baixa Competitividade	91,70%			8,30%	12
	Média Competitividade	50%	2,60%	2,60%	44,70%	38
	Alta Competitividade	68,80%	2,10%	2,10%	27,10%	48
PP	Baixa Competitividade	40%		20%	40%	5
	Média Competitividade	66,70%			33,30%	12
	Alta Competitividade	76,90%	5,10%	2,60%	15,40%	39
PSDB	Baixa Competitividade	86,70%			13,30%	15
	Média Competitividade	71%	3,20%		25,80%	31
	Alta Competitividade	71,80%	3,80%	5,10%	19,20%	78
PT	Baixa Competitividade	42,90%		9,50%	47,60%	21
	Média Competitividade	63,90%	2,80%	5,60%	27,80%	36
	Alta Competitividade	66,70%	4,50%	7,60%	21,20%	66

Fonte: TSE - Elaboração do autor

O dado que primeiramente prede a atenção é a presença maciça de candidatos inviáveis em todos os partidos e em todos os tipos de distrito eleitoral, como já havíamos mostrado na tabela 01. Isso sugere dois achados. O primeiro é que os partidos

políticos brasileiros parecem de fato exercer pouco controle no processo de seleção de candidatos. A alta quantidade de candidatos neste setor mostra que pouco se seleciona para que um indivíduo seja candidato a deputado federal ou que o critério de densidade eleitoral é aplicado apenas a poucos indivíduos, esses sim capazes de angariar cadeiras ao partido. O segundo achado é que a concentração destes tipos de candidaturas em todos os distritos e partidos revela uma opção por concentrar esforços em candidaturas mais do que viáveis, focando traços competitivos apenas para um grupo seletivo no interior dos partidos como acima afirmei.

Analisando os distritos de baixa competitividade em relação aos partidos de direita, PP e PFL²¹, vemos que esses partidos são os que mais seguem a regra de valorizar poucas candidaturas. Isso se acentua principalmente em distritos onde a possibilidade de eleição é maior. O PT também segue a mesma lógica, concentrando esforços em poucos nomes – 47,60% de super candidatos - e garantindo um desempenho satisfatório em distritos onde o jogo eleitoral tem menor impacto e maior chance de sucesso. Esse dado parece ir de encontro aos achados de Samuels (2009, p. 83), onde distritos com poucas cadeiras disponíveis fariam os partidos concentrarem esforços em poucas, porém, densas candidaturas.

Em distritos de alta competitividade, observamos que todos os partidos possuem um comportamento semelhante no que se refere à inclusão de candidaturas com poucas chances de resultado (média de 71,26% de candidatos inviáveis). Os partidos optam por lançar uma quantidade **absoluta** de candidatos muito grande, reduzindo esforço para as candidaturas competitivas e aumentando a força da lista do partido, quando nessa situação. Essa opção, apesar de parecer um contra senso lógico, revela uma estratégia dos partidos focados nos impactos do sistema eleitoral. Vemos que é uma opção generalizada dos partidos lançando candidatos com todos os níveis de potencial eleitoral, contando não somente com o capital eleitoral dos mais bem posicionados na lista ou com grandes catalisadores de votos. Os partidos apostam neste perfil de candidatura, porém engrossam as séries de votos nas listas com perfis menos competitivos, mas capazes de angariar alguns eleitores e competir com outros partidos dentre estes padrões de concorrência distrital.

²¹ Sobre a classificação ideológica dos partidos, utilizamos a mais corrente na literatura política brasileira. Sobre o PFL, lembramos que o partido mudou sua denominação para DEM (Democratas) apenas após o pleito eleitoral de 2006.

O padrão de comportamento acima descrito pode ser duplamente comprovado pela ausência de candidaturas de médio e pequeno porte (“viáveis” e “bons de voto”) em distritos de baixa competição. Apesar de intuitivamente entendermos que a inserção de candidatos com alto potencial aumentaria a eficácia e a taxa de sucesso do partido, o que podemos concluir é que os partidos lêem o sistema eleitoral. Por um lado realizam o cálculo de lista e, ao mesmo tempo, previnem a competição intra-lista de forma desenfreada inserindo poucos candidatos com alto potencial eleitoral em suas fileiras.

Nos distritos de média competitividade, os partidos parecem realizar um cálculo semelhante. Distribuem suas candidaturas em diferentes níveis de potencialidade, jogando tanto no “atacado” como concentrando esforços em alguns poucos nomes. Exceção é o PDT, que tem um perfil de alta inclusão com baixo potencial eleitoral. O partido apresenta apenas 5,60% de candidaturas de alto potencial eleitoral em distritos de média competitividade. Isso pode ser explicado pelo perfil organizativo do partido, que tem em suas políticas uma inclusão ampla, mas sem controle sobre a lista de candidatos (Bolognesi e Costa, 2009).

O dado que destoa em relação aos demais é o comportamento do PT em relação aos candidatos “bons de voto”. Como vimos em nossa classificação, esse perfil de candidatos colabora fortemente com a lista, mesmo correndo o risco de alguma defasagem no desempenho eleitoral. O Partido dos Trabalhadores, além de apresentar as maiores proporções desta categoria em todos os distritos nas eleições de 2006, é o único que apresenta a categoria representada, independente da competição no distrito. Tal comportamento parece sugerir que o PT privilegia, não só políticos de quilate eleitoral, mas um comportamento em que a lista partidária sugere ter mais peso (mesmo admitindo que pequeno) do que nos outros partidos analisados. Esses achados vão de encontro ao que Braga (2006) elabora sobre o diferencial que o partido apresenta quando na escolha e nas restrições impostas aos seus candidatos e eleitos.

Conclusões

A primeira conclusão que chegamos é que o tamanho do distrito não tem relação direta com a competitividade do mesmo. Distritos com magnitudes semelhantes apresentaram graus de competição diferenciados. Porém, tal conclusão ainda se

apresenta como um experimento em relação ao lastro empírico. Para uma análise mais fortificada, é preciso que se analisem todos os distritos brasileiros e, se possível, uma série histórica mais ampla.

O segundo ponto é que os partidos parecem exercer de alguma forma controle sobre a competição eleitoral em geral, focando perfis competitivos e agregando menos candidatos de menor densidade quando preciso. De outro modo os partidos angariariam apenas candidaturas de rigoroso potencial eleitoral, catalisando o processo de competição intra-partidária. O equilíbrio geral entre as candidaturas, ponderando o potencial eleitoral de seus candidatos, parece ser extremamente adequado ao *modus operandi* do sistema eleitoral brasileiro. Ora privilegiando algum comportamento de lista, ora dando valor às candidaturas de alto desempenho.

A generalização teórica de que os partidos políticos não exercem nenhum controle sobre suas listas é em parte verdade. O que os dados apresentados sugerem é que existe uma opção consciente para a inclusão ou não de candidatos inviáveis, de acordo com o tamanho do distrito e a proporção de outros perfis de candidaturas. Já que a maior parte dos candidatos com baixo potencial eleitoral não parece oferecer grandes ganhos eleitorais ao partido em si. Isso pode ser fruto da quantidade de posições disponíveis que os partidos dispõem, de até 150% (ou 200%, quando coligados), o número de cadeiras pelo distrito que concorrem. O resumo sobre as candidaturas com baixa competitividade é que elas representam um elemento que confere uma capilaridade fundamental às estratégias regionais dos partidos em relação aos resultados globais esperados.

Na relação dos partidos com os diferentes graus de competitividade distrital observamos que os partidos tendem a traçar estratégias de acordo com os perfis de disputa constatados. A leitura de uma conjuntura mais competitiva exige um comportamento em bloco, enquanto uma leitura de perfil menos competitivo opta pela primazia de candidatos com alto potencial eleitoral.

Por fim, podemos afirmar com certa liberdade que os partidos mantêm perfis competitivos de forma proporcional em todos os distritos. O PFL é o partido que lança maior quantidade de super candidatos no geral e o faz assim também garantido bons níveis de competição em todos os níveis de competição distrital e dosando as escolhas de acordo com o arranjo dos subsistemas políticos. Já o PDT apresenta um alto grau de

inclusividade em todas as disputas, padecendo de uma ordem organizativa mais cerrada. Os partidos PP, PMDB e PSDB acabam por manter uma média de competição nem alta nem baixa, reforçando a quantidade de super candidatos quando exigidos pela contenda distrital. O PT é o partido que apresenta a maior proporção de colaboradores de lista (candidatos bons de voto) em todos os tipos de circunscrição eleitoral, mostrando não só um apego às diretrizes nacionalizantes, bem como dosando para mais ou para menos as diferenças entre os estados e seus níveis de concorrência, como mostrado na última tabela.

Em suma, não queremos afirmar aqui que os padrões de competição fazem com que as carreiras políticas assumam outra forma que não a pessoalizada e auto-centrada (exceção poderia ser tomada ao PT). Mesmo candidaturas de baixo potencial eleitoral poderiam ser entendidas como candidaturas focadas no indivíduo e com baixo carreirismo partidário, como bem lembra Samuels (2009). Porém, o que apresentamos é o movimento contrário e anterior à contenda eleitoral, tentando traçar aqui as percepções que os partidos políticos realizam a partir da leitura do sistema eleitoral brasileiro e dos diferentes locais de disputa regional.

Referências bibliográficas

AMES, Barry. 2003. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. *In: DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 50; nº 3, pp. 535-577. 2007.

BOLOGNESI, Bruno e COSTA, L. D. 2009. Estruturação social e enquadramento institucional no processo de formação das elites políticas: o caso da eleição de mulheres para a Câmara dos Deputados em 2006. **Paper apresentado para o I Seminário Intermediário da ABCP**.

BRAGA, Maria do Socorro. 2007. O processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006. *In: Política e Sociedade*. Nº 10.

_____ 2009. Reclutamiento partidista y representacion: proceso de selección de candidatos en la Cámara de Diputados Brasileña. *In: FREIDENBERG, Flavia e SAÉZ, Manoel A. Selección de Candidatos, Política Partidista y Rendimiento Democrático*. México: Tribunal Electoral del Distrito Federal.

CAMP, Roderic Ai. 1995. **Political Recruitment across Two Centuries. Mexico, 1884-1991**. Austin: University of Texas Press.

CAREY, John e SHUGART, Mattew. 1995. Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas. *In: Electoral Studies*, 14.

COSTA, Luiz D. 2010. **Os representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1997-2007)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Campinas, Unicamp. *Mimeo*.

CZUDNOWSKI, Moshe M. 1975. Political Recruitment. *In: GREENSTEIN, Fred I. e POLSBY, Nelson W. Handbook of Political Science, Vol. 2 – micropolitical theory*. Menlo Park, California: Addison-Wesley Publishing Company.

DUVERGER, Maurice. 1998. A influência dos Sistemas Eleitorais na Vida Política. *In*: CRUZ, Manoel Braga da. **Sistemas eleitorais: o debate científico**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

EPSTEIN, Leon D. 1967. **Political Parties in the American Mold**. Madison: The University of Wisconsin Press.

FIELD, Bonnie N. e SIAVELIS, Peter M. 2009. Procedimientos de selección de candidatos en las democracias nacientes. *In*: FREIDENBERG, Flavia e SAÉZ, Manoel A. **Selección de Candidatos, Política Partidista y Rendimiento Democrático**. México: Tribunal Electoral del Distrito Federal.

FREIDENBERG, Flavia e SAÉZ, Manoel A. **Selección de Candidatos, Política Partidista y Rendimiento Democrático**. México: Tribunal Electoral del Distrito Federal.

GALLAGHER, Michael e MARSH, Michael. 1988. **Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics**. London: Sage Pub.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. 1983. **Partidos Políticos Brasileiros: 45 a 64**. Rio de Janeiro: Edições Graal.

MARENCO DOS SANTOS, André e SERNA, Miguel. (2006) “Do Left and Right have the same Elites Parliamentary Recruitment?”. III Congresso Latinoamericano de Ciência Política, Universidade de Campinas, Brasil.

MIGUEL, Luis Felipe. 2008. Political Representation and Gender in Brazil: quotas for women and their impact. *In*: **Bulletin of Latin American Research**. Vol. 27; nº 2.

NICOLAU, Jairo. 2002. Como controlar o representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. *In*: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Vol. 45, nº 2. Rio de Janeiro.

_____ 2004. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

_____ 2007. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *In*: NICOLAU, Jairo e POWER, Timothy J. **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

NICOLAU, Jairo e SCHMITT, Rogério. 1995. Sistema eleitoral e sistema partidário. *In: Revista Lua Nova*. Nº 36.

NORRIS, Pippa. 1997. **Passages to Power**. Cambridge: Cambridge University Press.

_____ 2004. **Electoral Engineering**. Cambridge: Cambridge University Press.

PASQUINO, Gianfranco. 2005. **Sistemas Políticos Comparados**. Cascais: Principia.

RAHAT, Gideon. 2007. Candidate Selection: the choice before the choice. *In: Journal of Democracy*. Vol 18, nº 1.

RAHAT, Gideon e HAZAN, Reuven Y. 2006. “Candidate Selection Methods: An Analytical Framework”. **Party Politics**. Vol. 7, nº. 3, pp. 297-322.

RODRIGUES, Leôncio M. 2002. **Partidos, Ideologia e Composição Social**. São Paulo: Edusp.

SAMUELS, David. 2002. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press.

SAMUELS, David. 2008. Political Ambition, Candidate Recruitment and Legislative Politics in Brazil. *In: SIAVELIS, Peter; MORGENSTERN, Scott. Pathways to Power in America Latina*. Pennsylvania: The Pennsylvania University Press.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1997. **Da Oligarquia à Poliarquia – Competição Eleitoral e Processos “Não-Encarceráveis”**. Série Estudos, nº 95. Rio de Janeiro: IUPERJ/SBI.

SIAVELIS, Peter M. e MORGENSTERN, Scott. 2008. **Pathways to Power: political recruitment and candidate selection in Latin America**. Pennsylvania: The Pennsylvania University Press.

TAAGEPERA, Rein e SHUGART, Matthew. 1989. **Seats and Votes: the effects and determinants of electoral system**. New Haven: Yale University Press.